



Anais da Assembléia

Nº 118

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 08 DE AGOSTO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Cafeto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Ironði Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

Ato da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO N° 009/96

Súmula: Prorroga a intervenção do Estado no Município de Morretes, aprovada pelo Decreto Legislativo n° 07/96, até 31 de dezembro do corrente ano.

Data: 07 de agosto de 1996.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1° - Fica prorrogada a intervenção do Estado no Município de Morretes, aprovada pelo Decreto Legislativo n° 007/96, de 12 de abril de 1996, até 31 de dezembro do corrente ano.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.08.96.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 70ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 1996
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados José Maria Ferreira e Hidekazu Takayama.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Techy Filho, Albanor Gomes, Alqaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Amibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zamusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Selme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Dúlio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmia da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (50). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Emerson Nerone, Doutor Rosinha e Renato Adur (03). Achando-se em licença o Senhor Deputado Edgar Bueno (01).

Verificada a existência de número le-

gal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Ofício n° 172/96 - G.P.

Curitiba, 07.08.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência anteprojeto de lei, que cria a Comarca de Sarandi, com os respectivos cargos.

A oportunidade é propícia para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica criada a Comarca de Sarandi.

Art. 2° - Fica criado 01 (um) cargo de Juiz de Direito de entrância inicial.

Art. 3° - Haverá na Comarca de Sarandi, com atribuições definidas:

I - No Foro Judicial:

a) uma (1) Escrivania Cível;

b) uma (1) Escrivania Criminal;

c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) dois (2) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório;

e) um (1) Auxiliar de Cartório Criminal.

II - No Foro Extrajudicial:

a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis;

c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Regis-

tros de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Art. 4º - Fica criado, para a Comarca de Sarandi:

- a) um (1) cargo de Escrivão Criminal;
- b) um (1) cargo de Auxiliar de Cartório Criminal;
- c) dois (2) cargos de Oficial de Justiça;
- d) um (1) cargo de Agente de Limpeza.

Art. 5º - Os artigos 207, inciso V, 209, inciso III, acrescido do nº 92, 210, 56ª. Seção Judiciária e 211, acrescido do número 149, passam a ter a seguinte redação:

Art. 207 - ...

V - 92 (noventa e dois) Juizes de Direito de entrância inicial.

Art. 209 - ...

III - ...

92ª.) Sarandi.

Art. 210 - ...

56ª.) Comarcas de Nova Esperança, Mandaguáçu, Marialva, Paranacity e Sarandi.

Art. 211 - ...

71) Marialva: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Aquidabã, São Miguel do Cambuí e Santa Fé do Pirapó (Município de Marialva) e Itambé (Município do mesmo nome).

149) Sarandi: compreendendo o Distrito da sede.

Art. 6º - As despesas decorrentes da criação da Comarca de Sarandi e dos cargos previstos nesta lei, correrão por conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Sarandi, pelo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, pertence, como distrito judiciário, à Comarca de Marialva.

Esta, de entrância intermediária, abrange, ainda, os distritos judiciários de Aquidabã, São Miguel do Cambuí e Santa Fé do Pirapó (Município de Marialva), bem como de Itambé (Município do mesmo nome).

São autuados, anualmente, nas escriturarias cível e criminal, compreendendo, na primeira, toda a matéria inerente àquele ofício de justiça, 1.300 (um mil e trezentos) processos.

Desses processos, percentagem elevada é originária do Município de Sarandi, o qual apresenta os requisitos exigidos pelo art. 203 do já mencionado Código de Organização e Divisão Judiciárias para a criação de nova comarca.

A urgência desse ato legislativo im-

põe-se para que, evitando-se o aviltamento de serviço forense na Comarca de Marialva, possa o Poder Judiciário dar uma resposta mais célere e eficaz aos jurisdicionados.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 696

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª. Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.08.96.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO N° 698

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscrive, no uso de suas atribuições (art. 129, e seguintes do Reg. Interno), REQUER o arquivamento do Projeto de Lei nº 366/95 (Dispensa do Cinto de Segurança).

Sala das Sessões, em 08.08.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Em virtude da promulgação do Novo Código Nacional tornou sem efeito o projeto em questão, ficando este subordinado à Lei Maior do País. Por isso, solicitamos o arquivamento do Projeto de Lei nº 366/95.

REQUERIMENTO N° 695

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos legislativos, votos de congratulações ao Senhor José Eduardo Alves Ferreira, Presidente da Bolsa de Valores do Paraná.

Requer ainda, que da decisão deste douto Plenário seja dado conhecimento ao nosso homenageado à Rua Marechal Deodoro, 344 - 5º andar, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08.08.96.

(a) BETO RICHÁ

JUSTIFICATIVA:

O corretor José Eduardo Alves Ferreira tem desenvolvido na Presidência da Bolsa de Valores do Paraná intenso trabalho que visa fortalecer as diversas instituições de Mercado de Capital do Estado.

Objetivando buscar novas empresas para o Mercado de Capital e visando a sua regionalização, a Bolsa de Valores do Paraná acaba de assinar convênio com a Federação das Indústrias do Paraná - FIEP, visando atrair mais empresas para o setor e até

mesmo para abertura de seu capital.

O desenvolvimento econômico e social da sociedade brasileira passa necessariamente pela abertura de capital das empresas, fato este que irá possibilitar a geração de novos empregos. E é esta capacidade empresarial demonstrada por José Eduardo Alves Ferreira que torna nossa homenagem importante, uma vez que estaremos reiterando todo o respeito por um profissional de sucesso.

REQUERIMENTO N° 699

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Tereza Odete e Alvirio Guilherme, que completou 25 anos de união conjugal, comemorando Bodas de Prata.

Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares!

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 700

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Dirce Vieira Alves e Assis Alves Lourenço, que completou 50 anos de união conjugal, comemorando Bodas de Ouro.

Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares!

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 701

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta

sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Maria Otília da Silva e Divanil Domingos Sartori, que completou 25 anos de união conjugal, comemorando Bodas de Prata.

Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares!

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 702

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Roseli Ribas e Augusto Baio, que completou 32 anos de união conjugal, comemorando Bodas de Pérola.

Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares!

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 703

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Regina e Theodósio Koteviski, que completou 25 anos de união conjugal, comemorando Bodas de Prata.

Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares!

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 704

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Henrique e Maria Angélica da Luz, que completou 50 anos de união conjugal, comemorando Bodas de Ouro.

Trata-se de uma existência construída sobre valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em um casamento duradouro e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, propomos a esta Casa de Leis que registre o júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares!

Sala das Sessões, em 06.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 694

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, respeitosa-mente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Ramiro Wahrhaftig, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando providências no sentido de viabilizar a implantação do 2° grau na Escola Estadual Bom Jesus, no Município de Bom Jesus do Sul, já para o próximo ano letivo de 1997. Requer, outrossim, seja dado ciência deste requerimento à direção do referido educandário, bem como ao Vereador Cleto Mazzocco, na Câmara Municipal de Barracão.

Sala das Sessões, em 08.08.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Bom Jesus do Sul é um município novo, recentemente desmembrado de Barracão, que será instalado em 1° de janeiro do próximo ano, fazendo-se portanto necessária a implantação de 2° grau na Escola Estadual Bom Jesus, que já abriga um grande número de estudantes em fase de conclusão do 1° grau, a fim de evitar que esses alunos tenham que se deslocar a outro município para continuar seus estudos.

REQUERIMENTO N° 693

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosa-mente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilmo. Sr. Leônicio Vieira de Rezende Neto, DD. Presidente da TELEPAR, solicitando providência no sentido de que seja instalada rede de telefonia no Município de Bom Jesus do Sul. Requer, outrossim, seja dado ciência deste requerimento ao Vereador Cleto Mazzocco, na Câmara Municipal de

Barracão.

Sala das Sessões, em 08.08.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Recentemente desmembrado do Município de Barracão, o Município de Bom Jesus do Sul será oficialmente instalado em 1° de janeiro. O novo município possui um centro urbano construído de mais de uma centena de casas e população superior a 5.000 habitantes, sendo, portanto, de fundamental importância a instalação de rede telefônica, a fim de possibilitar um melhor contato não só dos seus munícipes, como também das próprias autoridades que serão constituídas a partir do próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na última terça-feira pela manhã, tivemos a oportunidade, através do Bloco Agropecuário e através da Comissão de Agricultura, de realizar na Assembleia Legislativa do Paraná um fórum da maior importância para este Estado, principalmente para o setor produtivo rural. Trata-se do fórum que discutiu a questão do Seguro Agrícola.

Nesta oportunidade, estiveram conosco duas personalidades do nosso País: Dr. Teon e o Dr. Rossi, ambos do Rio de Janeiro. Dr. Rossi representando a FENASEG, presidida pelo nosso companheiro ex-Governador João Elísio, e aqui estiveram para debater conosco idéias, sugestões, acerca da implantação do Seguro Agrícola em nosso País.

Muito importante este fórum realizado pela Assembleia Legislativa em parceria com a Organização das Cooperativas do Paraná, OCEPAR, e com a Federação da Agricultura do Estado do Paraná - a FAEP. Porque naquela oportunidade, além de termos uma aula sobre a questão do Seguro em nosso País, em toda a sua amplitude, pudemos tomar conhecimento de toda a história de luta em favor da implantação do Seguro Agrícola neste País. História essa, que remonta 1878, portanto há mais de 100 anos atrás, a Cidade de Olinda, em Pernambuco, onde já se falava, já se colocava como um dos instrumentos para o desenvolvimento agropecuário, além do crédito rural, da pesquisa, colocava-se também a questão do Seguro Agrícola.

Foi possível para nós, resgatarmos algumas informações que muitas vezes, ficam um tanto apagadas em nossa cabeça, da existência já no País de uma série de instrumentos legais, que permitem a implantação do Seguro Agrícola. Senão veja-

mos, a Constituição Federal estabelece que o desenvolvimento agrícola, que o desenvolvimento rural será promovido através de uma série de itens, pesquisa, extensão rural, crédito, preço e fala também do seguro agrícola. A nossa Constituição Estadual, votada, produzida por esta Casa, também fala. A Lei Agrícola que escrevemos na Assembleia Legislativa do Paraná, também destina um capítulo à questão do Seguro Agrícola.

Existem outros instrumentos, outras leis, decretos, normas do Governo Federal que também estabelecem uma sistemática que permitem a implantação do Seguro Agrícola em nosso Estado, em nosso País.

E foi possível também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, acerca de experiências que já vêm sendo desenvolvidas com muito sucesso, por exemplo, pela Cooperativa Central Batavo, de Carambeí, hoje ainda Município de Castro, futuro Município de Carambeí. Uma experiência onde os produtores, dentro de uma sistemática mútua, de fiscalização mútua, escolhem uma comissão fiscalizadora, uma comissão de acompanhamento, e eles próprios contribuem para esse Fundo de Seguro, esse fundo mútuo, e eles mesmos analisam e decidem quem deve ser indenizado, e se deve ser indenizado.

Experiência semelhante, também fomos informados existir na Cooperativa Agrária Entre Rios, lá no Município de Guarapuava, e também foi muito comentada a experiência de seguro agrícola desenvolvida em épocas passadas pelo BANERJ no Rio de Janeiro; pela CODESPA, uma coisa assim, no Estado de São Paulo, uma entidade ligada à Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Falou-se das experiências hoje vividas pelo México, na Espanha, na Itália. Comentou-se a respeito que, provavelmente no Chile exista alguma experiência.

Enfim, foi uma reunião muito produtiva, onde podemos contar com a presença do Deputado Augustinho Zucchi, da Comissão da Agricultura, do Deputado João Tachy e o Deputado José Maria Ferreira, representando, a exemplo de nós, todos os Parlamentares desta Casa. Ficou ajustado que, desta reunião iríamos operacionalizar o trabalho, a partir já desta sexta-feira, quando nas dependências da OCEPAR, estarão reunidos representantes aqui da Assembleia Legislativa, da FAEP, da OCEPAR, do Governo do Estado do Paraná representado pela Secretaria da Agricultura, conduzida pelo nosso companheiro Hermas Brandão, para que possamos efetivamente dar encaminhamento às idéias, às sugestões que queremos realmente acolher estas idéias e estas sugestões para que, possamos ver implantado em nosso Estado, o Seguro Agrícola.

Foi muito bem detalhada esta discus-

são, onde se mostrou que deve haver uma parcela de responsabilidade do produtor; que deve haver uma parcela de responsabilidade, por exemplo, das cooperativas; que deve haver uma responsabilidade do Instituto de Resseguros, e que deve, efetivamente, nos casos mais graves, nas grandes catástrofes, haver também a presença e a participação nos processos de indenização dos produtores do Governo do Estado.

A perda, vamos dizer assim, desde que ocorra uma perda gravíssima da safra, teremos estabelecido um problema social, e nos problemas sociais, evidentemente que o Governo do Estado e o Governo Federal terão que intervir aportando recursos.

Quero dizer aos nobres Deputados, que fiquei muito satisfeito com a reunião. Uma reunião que começou às 09:00 horas da manhã, permaneceu até às 12:15 horas e, pudemos ali observar a presença de todos aqueles, a grande maioria que estava na abertura da reunião, permaneceu até o final. Representantes do Banco do Brasil, representantes das empresas vinculadas do Sistema Estadual da Agricultura, a EMATER, a CLASPAR, o CEASA, tínhamos lá representação do Ministério da Agricultura, tínhamos lá a Comissão do PROAGRO presente, enfim, lideranças cooperativistas de todo o Estado do Paraná, o pessoal ligado a FENASEG aqui do nosso Estado.

Uma reunião bastante produtiva para aquilo que queremos realmente colher de informações de idéias para que, possamos, sendo o Estado do Paraná o Estado de maior importância no setor de produção agropecuária deste País, quem sabe ser do Paraná mais uma vez o modelo, o exemplo de como fazer as coisas acontecerem de forma correta.

Quero, Senhor Presidente, dizer a Vossa Excelência que, também no dia de hoje, o Bloco Parlamentar Agropecuário...

O Sr. Elío Rusch - Deputado Orlando Pesutti, nós que acompanhamos já há seis anos o seu trabalho no Bloco Agropecuário da Assembleia Legislativa e também quando era Presidente desta Casa, sabemos que o homem do campo é uma das classes mais sofridas, hoje. Aliás, diga-se de passagem, é o agricultor que está sustentando e está mantendo o plano do Governo Federal e alguém está pagando por isso. Mas não é justo que apenas a classe rural pague, ou seja, nosso agricultor.

Por outro lado, sabemos que o Governo está acenando com algumas possibilidades de tranquilizar o nosso produtor rural do País.

Por outro lado, o Governador Jaime Lerner - através da Secretaria da Agricultura, que diga-se de passagem, muito bem dirigida pelo nosso companheiro aqui da

Assembléia, Deputado Hermas Brandão, tem constantemente feito a sua solicitação junto com o Governo do Estado, alocando mais recursos para a Secretaria da Agricultura e dizia o próprio Secretário e o próprio Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, que o Paraná deve investir no setor produtivo. E para investir no setor produtivo atinge dois setores: ou investe na industrialização ou na agricultura. E o Governo do Paraná, através daquele programa de Vilas Rurais, sem sombra de dúvida, já trouxe, também, um alento para fixar o pequeno proprietário, ou seja, o trabalhador volante, o bóia-fria na sua propriedade, evitando que venha para os grandes centros.

E vemos estampado nos jornais de hoje e somos sabedores e participamos nas Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa, quando analisamos alguns projetos que o Governo do Paraná deverá investir no campo, algo em torno de 400 milhões de reais já a partir deste ano. Isso em diversos programas. Isso trará, também, para a agricultura do nosso Paraná, mais precisamente, algum alento maior. Acho que os prefeitos e os nossos agricultores sairão ganhando e o Governo do Estado através dessa Secretaria da Agricultura, com o Hermas Brandão estão fazendo esse trabalho.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço pelo aparte, inclusive pela lembrança que faz do trabalho que será, sem sombra de dúvida, de maior importância para o setor produtivo do nosso Estado desenvolvido pela Secretaria da Agricultura quando da implantação do Programa Paraná 12 meses, cerca de 400 milhões de reais serão investidos no setor produtivo do nosso Estado apoiando a implantação de vilas rurais. Mas na minha opinião mais importante do que isso, investindo na diversificação das culturas hoje existentes no meio rural e destinando mais de 100 milhões de reais para apoio à pequena propriedade rural. Porque, na minha modesta opinião, o que temos que fazer hoje em favor do meio rural, principalmente, é apoiar a pequena propriedade. Ou estaremos fazendo reforma agrária às avessas, permitindo a volta de 10, 20, 30 mil pessoas ao meio rural e assistindo na outra ponta a saída de 100, 120, 250 mil como se prevê.

Mais um instante para dizer que, na tarde de hoje, o Bloco Agropecuário, mais uma vez se reunirá, desta feita com a participação de personalidades da área da saúde. Aqui estará o Secretário da Saúde - Dr. Armando Raggio e o Dr. Afonso Antoniuk um dos maiores entendidos na área neurológica deste país e quem sabe até do mundo, com uma especialização direcionada no que

dis respeito à neurocisticercose. A neurocisticercose ela tem origem, evidentemente, na contaminação através da ténia oriunda do suíno ou do bovino que provoca o surgimento da solitária - como conhecemos - o que provoca, então, o surgimento do cisticercus que poderão se alojar no corpo do indivíduo, mas comumente se alojando no sistema nervoso, na cabeça e formando aí os tumores, e aquilo que conhecemos como a cisticercose cerebral.

E, no dia de hoje, estaremos com a presença de entidades ligadas com o setor produtivo, o Dr. Conti, do Ministério da Agricultura, aqui estará também o pessoal do Sindicato da Carne para debatermos os efeitos, os prejuízos ocasionados pela cisticercose na produção agropecuária do nosso Estado.

Portanto, a Assembléia Legislativa do Paraná cumprindo o seu papel, abrindo as suas portas para que a sociedade, como um todo, aqui compareça para debater assuntos da maior importância e de maior interesse para o nosso Estado e para a sua população. Faço esse registro e convido os Senhores Deputados para que a partir das 14:00 horas, também no Plenarinho aqueles que permanecerem em Curitiba, evidentemente, que prestigiem essa reunião, que tenho certeza será tão importante como foi a da última terça-feira, quando discutimos e debatemos a questão do seguro agrícola no País.

E, finalmente, Senhor Presidente registrar a presença entre nós nas galerias desta Casa dos Vereadores, Pedro Wilson Papin, do Vereador Roberto Garcia e do Vereador José Narciso de Mello da Câmara de Vereadores de Ivaiporã que vem em visita a este Parlamento e daqui a pouco também visita Vossa Excelência, Presidente Aníbal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Passamos ao horário do Grande Expediente.

De acordo com o Requerimento aprovado de autoria do Deputado Jocelito Canto, concedo a palavra ao Senhor Carlos Eduardo Jardim, vice-Presidente da Cervejaria Kaiser do Brasil Ltda.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente.

Antes do nosso vice-Presidente da Kaiser fazer uso da palavra, gostaria de dizer a esta Casa que o motivo que faz com que solicitássemos a presença do vice-Presidente da Kaiser, nesta manhã, é para explicar e até nos trazer informações sobre algumas notícias veiculadas na imprensa, recentemente, de que a Kaiser atrasaria um pouco o início da sua inauguração oficial, seu funcionamento em Ponta Grossa. E, também, o problema da sonegação de ICMS que está causando um problema para a Cerveja-

ria, e isso também no nosso entender é ruim para a Cidade de Ponta Grossa.

E como defensores da nossa população, principalmente do emprego, é o que mais lutamos em Ponta Grossa, hoje, e acho que a lei aprovada por esta Casa, de autoria do nosso Presidente, Deputado Anibal Khury, deu a oportunidade da Kaiser se instalar em Ponta Grossa. E o Presidente está de parabéns, porque com isso temos, hoje, a nossa Kaiser que deve funcionar já nos próximos meses em Ponta Grossa, sendo motivo de mais trabalho.

E o que queremos é a oportunidade de trabalho para o povo, o nosso povo quer trabalhar, quer ter a oportunidade de trabalho e na condição de Deputado, pedimos gentilmente ao vice-Presidente da Kaiser, Dr. Carlos Eduardo Jardim, que viesse a esta Casa explicar aos Senhores Deputados, discutir com os Senhores Deputados e também ao mesmo tempo dizer quais são os motivos, e até os problemas de sonegação de impostos, os problemas do ICMS que está acontecendo e trazendo algumas dificuldades. Para isso, nada mais justo que ouvirmos, então, o Dr. Carlos Jardim que é o vice-Presidente da Kaiser que veio gentilmente, nesta manhã, aqui na Assembleia.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes de convidar ao vice-Presidente da Kaiser registro a presença do nosso amigo e candidato a Prefeito de União da Vitória, Asmare, acompanhado de sua esposa.

Concedo a palavra ao ilustre visitante.

O SR. EDUARDO CARLOS JARDIM - Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, Senhores Deputados, distinta platéia desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Digo a Vossa Excelência, Deputado Anibal Khury que é uma honra para Kaiser ter a oportunidade de se pronunciar aqui nessa egrégia Assembleia.

Vossa Excelência teve uma participação importantíssima tanto quanto o Governador Jaime Lerner na decisão de termos a fábrica das Cervejarias Kaiser no Município de Ponta Grossa do Estado do Paraná. Desde 1989 mantínhamos conversações com o Governo do Estado do Paraná e infelizmente o Governador que antecedeu o governador Jaime Lerner não chegou a bom nível de conversações e interrompemos o projeto de Ponta Grossa que digo a Vossa Excelência que é o projeto mais bonito que a Kaiser tem nas suas nove fábricas hoje duas em construção e sete já em funcionamento no Brasil. Aqueles que passam pela rodovia que vai a Ponta Grossa tem a oportunidade de ver a fábrica nossa que será a mais moderna e com a capacidade de produção que

vai chegar a 500.000 "hecto-litros" mas traduzindo em litros cinquenta milhões de litros mas isto graças ao Paraná que nos dá a liderança do mercado cervejeiro entre todas as cervejarias tradicionais e centenárias. Hoje somos a primeira cerveja do Estado do Paraná.

O Governador Jaime Lerner através do seu Secretário que infelizmente por motivos familiares deixou a Secretaria de Indústria e Comércio fazemos questão de citar sempre o Secretário Kalil Khury, foi ele que junto com a equipe do governo e com o Legislativo, que era importante, trabalharam a quatro mãos e resolveram em menos de três, quatro meses, assuntos que o governo inteiro não conseguiu resolver e tivemos a assinatura do protocolo no Palácio do Governo com o governador Jaime Lerner e o lançamento da pedra fundamental onde Vossa Excelência nos deu a honra da sua presença em Ponta Grossa.

A fábrica se encontra no seu quase final de construção e podemos talvez ter as primeiras cervejas Kaiser de Ponta Grossa produzidas ainda em novembro. O meu pronunciamento à imprensa aqui e que trouxe apreensão e a nós muito, é que o Grupo Spaipa? que é o nosso sócio e distribuidor no Estado do Paraná e Noroeste de São Paulo, um grupo que tem investido muito financeiramente e na criação de empregos para crescer o mercado cervejeiro no Paraná, está sendo vítima de uma alegação judicial que toda vez que tem julgado o seu mérito foi caçada a liminar que dá direito a distribuidores não recolherem o ICMS substituto. Estas atitudes na nossa visão talvez um pouco radical e peço desculpas, é um roubo aos cofres do Paraná, é um roubo à concorrência legítima e séria que a Kaiser quer ter aqui. Aqueles que fazem isso estão roubando o Estado porque é devido este ICMS ao Estado e ele está sendo retirado por uma medida judiciária de uma liminar que infelizmente o judiciário concede e quando julga o mérito ele é cassado.

Esta honra de vir aqui, e falamos com veemência e transparência porque esta é a posição da Cervejaria Kaiser e lutamos com quem quer que seja para que em pé de igualdade vamos competir no mercado, agora não recolher um imposto que é legítimo ao Estado, que é devido e que recolhemos, achamos que isso não é correto. Denunciamos isto ao Secretário Miguel Salomão mas infelizmente a máquina do Executivo para poder fazer com que estas limitares sejam cassadas o Secretário Miguel Salomão foi de extrema correção conosco, é lenta e achamos que os formadores de opinião que são os Senhores e a mídia, poderiam ser aliados em denunciar esta atitude desleal, covarde e até desonesta com o Estado do Paraná. Aqueles que estão fazendo isso te-

rão que recolher no futuro este imposto mas muitos vão acabar fechando a porta e o Estado é que vai perder isto e gostaria que os Senhores que representam o povo do Paraná que vai se assacar dos seus bolsos este dinheiro porque ele seria aplicado certamente em melhorias sociais que tanto os Estados precisam defender isso e não deixar que se pratique esta atitude desleal ao mercado cervejeiro que movimenta tantos milhões de reais.

Ao Deputado Jocélito Canto que me fez o convite agradeço esta oportunidade mas gostaria de ter de toda esta Casa que tanto lutou para ter a Kaiser aqui, e junto com o Governador Jaime Lerner luta para trazer outras indústrias que já estão aí no Estado, acabasse com este tipo de atitudes que isto é do Brasil de antigamente, de um Brasil que graças a Deus está acabando e como diz um apresentador de televisão notório: a gente tem que passar o Brasil a limpo. O Paraná já está fazendo isto. Agora é preciso que esses comerciantes que atuam de uma forma não correta, desonesta e uma concorrência desleal, sejam extirpados do mercado.

Era isto que tinha a apresentar a Vossa Excelência e aos Senhores Deputados e me coloco à disposição para qualquer esclarecimento.

Obrigado, Deputado Anibal Khury.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradecemos a presença do ilustre visitante e a sua exposição será objeto de consideração.

Passamos ao horário das Lideranças.

(Todas Declinaram).

Encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 172/96, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que cria a Comarca de Sarandi, com os respectivos cargos. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 396/95, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que autoriza à Secretaria de Estado da Segurança Pública, edificar no Município de Paranavaí o Instituto Médico-Legal. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO

EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI N° 396/95

Art. 1º - O artigo 1º do Projeto de Lei n° 396/95, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Fica autorizado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, instalar no Município de Paranavaí, o Instituto Médico-Legal".

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

Emenda - Aprovada.

Projeto - Aprovado.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 177/96, de autoria do Deputado Jocélito Canto, que declara de Utilidade Pública o Clube Amigos Alemães - Klub Deutsche Freunde, com sede e foro em Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI N° 177/96

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública o Clube Amigos Alemães - Klub Deutsche Freunde, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Emenda - Aprovada.

Projeto - Aprovado.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 178/96, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública Es-

tadual a Associação da Casa Familiar Rural de Rosário do Ivaí, com sede e foro na localidade de Campineiro do Sul, Município de Rosário do Ivaí - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 234/96, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública, a Escola Especial Roberto Farias da Silva - APAE de Tapira, com sede e foro no Município de Tapira - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, ao artigo 1º, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO ART. 1º
AO PROJETO DE LEI Nº 234/96

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Escola Especial Roberto Farias da Silva, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tapira, com sede no Município de Tapira e foro no Município de Cidade Gaúcha.

Sala das Comissões, em 08.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

Aprovado o projeto, artigo por artigo.
Emenda - Aprovada.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 269/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores das Plantas Jardim Savóia e Viviane, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 270/96 de autoria do Deputado Luiz Accorsi que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Conjunto de Moradias Augusta, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/96 de autoria do Deputado Neivo Beraldin que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Jardim Roma, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/96 de autoria do Deputado Anibal Khury que declara de Utilidade Pública o Ministério Ondas de Paz de Evangelização - MOPE, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/96 de autoria do Deputado Anibal Khury que declara de Utilidade Pública a Associação União Popular de Itaperuçu, com sede no Município de Itaperuçu e foro no Município de Rio Branco do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/96, de autoria do Deputado Cesar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Arroio Grande, com sede e foro no Município de Pitanga. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 83, de 11.06.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 246/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Silvestri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a "Associação de Desenvolvimento Comunitário de Arroio Grande", com sede e foro no Município de Pitanga.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, essa Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CEZAR SILVESTRI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 247/96, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Albino Feijó Sanches, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 83, de 11.06.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 247/96

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati visa declarar de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual Albino Feijó Sanches de Londrina.

Analisando o aspecto legal, regimental, constitucional, constatamos que o mesmo foge do estabelecido pelas regras de técnica processual legislativa.

Sendo assim, somos de parecer favorável na forma da Emenda anexa.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
AO PROJETO DE LEI N° 247/96**

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Albino Feijó Sanches, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 253/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Dr. Duílio Trevisani Beltrão, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, com sede no Município de Tamboara e foro na Comarca de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 87, de 13.06.96)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 253/96**

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Walmor Trentini, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Dr. Duílio Trevisani Beltrão, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, com sede no Município de Tamboara e foro na Comarca de Paranavaí.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, essa Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

264/96, de autoria do Deputado Albanor Gomes, que declara de Utilidade Pública o Coral Vozes da Paz, com sede e foro no Município de Araucária - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 90, de 18.06.96)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 264/96**

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Albanor Gomes, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o "Coral Vozes da Paz", com sede e foro no Município de Araucária - PR.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, essa Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 266/96, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães e Voluntários do Conjunto São Lourenço, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 90, de 18.06.96)

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 266/96**

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Belinati, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube de Mães e Voluntários do Conjunto São Lourenço, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, essa Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma da Emenda anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
AO PROJETO DE LEI N° 266/96**

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública o Clube de Mães e Voluntários do Conjunto São Lourenço, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 334/96, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a AMARTE - Associação Maringense de Arte, com sede e foro na Cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 114, de 05.08.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 334/96

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Joel Coimbra, visa declarar de Utilidade Pública a Associação Maringense de Arte, em Maringá.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, e de acordo com a Lei nº 6.994/78, nada encontrou-se que pudesse impedir a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/96, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá, com sede e foro no Município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 114, de 05.08.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 335/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Joel Coimbra, visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá.

Da análise do referido projeto, e de acordo com a Lei nº 6.994/78, que dá normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Kury) - Anunciamos a presença do Senhor Walmor Machado Moreira, da Corporação e Projetos Ltda, a convite do Deputado Takayama.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 693 e 694, de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 695, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 696, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 698, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 699 a 704, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 178 e 234/96.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 246, 247, 253, 264, 266, 334 e 335/96.

Levanta-se a sessão.